

COOPERATIVISMO

Marli Rodrigues Giacomelli¹

Vera Maria Favila Miorin²

1. INTRODUÇÃO

A década de 90 tem sido marcada por acontecimentos distintos com desentendimentos no campo econômico, político e social, porém vinculados a mesma questão: agricultura e crise. As causas não se resumem a juros altos e preços baixos, mas ao modelo de desenvolvimento adotado no país, no início do século, que não gerou condições próprias e ajustadas para a época às características do setor rural brasileiro.

A falta de políticas firmes, tende a elevar a questão social a comprometimentos futuros no meio rural. A descapitalização do setor agrava-se nos sucessivos planos econômicos e pela falência do sistema cooperativo brasileiro. A busca de alternativas associativistas tem aguçado a criatividade humana e gerado a formação de inúmeras formas substitutivas que merecem estudo pela sua peculiaridade e pela solução que apontam para a solução social do campo.

Esta nova ordem é entendida como uma etapa posterior ao cooperativismo, pois este ao se desagregar, por fracasso e/ou incompetência, legou normas a serem adotadas e lições a serem seguidas.

Este artigo contém um breve referencial sobre o movimento cooperativo surgido na Europa, mais precisamente na região de Rochdalen, e a evolução do movimento no Brasil, seu nascimento, apogeu e decadência, à luz de uma bibliografia sobre o assunto e algumas considerações sobre as atuais cooperativas agrícolas.

¹ Bacharel em Geografia e Professora da SMED-Santa Maria.

² Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFMS e Pesquisadora do CNPq.

2. O SURGIMENTO DA IDÉIA E A COOPERATIVA

As decisões políticas condicionaram a intensidade e as formas de integração e exclusão dos grupos sociais ao processo de agroindustrialização. O produtor rural face a consolidação do sistema capitalista, e frente a dinâmica da expansão e dominação do capital não teve outra opção além de se ajustar ao sistema e para superar problemas, enfrentar o livre mercado.

Marx apud KARNOPP (1995:35), na sua obra *O CAPITAL*, afirma que o capitalismo ao penetrar no campo, provocou o fenômeno da concentração de riqueza, como ocorre na indústria e a intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo impôs ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, utilizando a padronização dos produtos, a extensão da transformação industrial, a concentração das redes de coletas e comercialização. O produtor deixou de ser um mercante livre, que produz o que quer e como quer, para se inserir no processo da globalização e consolidando o poder de barganha passou de causa à consequência das novas relações que se impuseram.

A situação do pequeno produtor, diante dos propósitos do capitalismo torna-o agente das formas de ajustamento às necessidades do mercado que no princípio forçaram as relações nesta direção.

"Em toda a situação de crise, no desenvolvimento das sociedades capitalistas, as estratégias do associativismo ressurgem ganham corpo e espaço, como solução alternativa para a superação inerente a esse desenvolvimento". KARNOPP (1995:134)

O movimento associativista de maior repercussão foi o cooperativismo que segundo KARNOPP (1995), apresenta duas tendências distintas: uma de caráter mais apolítico, fundamentada na doutrina cooperativista, que faz apelo aos ideais de união e solidariedade; outra de caráter mais crítico que se inclina, muitas vezes, para um reducionismo economicista, igualando as cooperativas a qualquer outro tipo de empresa.

Segundo TAMBARA (1983), os historiadores colocam como marco original do cooperativismo moderno o ano de 1844, quando na Inglaterra os tecelões de Rochdalen organizaram uma associação. Antes deste movimento existiram movimentos sociais nos quais direta ou indiretamente, estavam envolvidos ideais cooperativistas. Isto deixa claro que o cooperativismo surgiu como uma reação aos problemas sócio-econômicos consequentes a expansão do capitalismo na Europa.

Foi a partir de Rochdalen que o movimento cooperativista tomou impulso consolidando-se em nível mundial e propagando seus princípios básicos que segundo TAMBARA (1983), são:

- adesão livre;
- controle democrático, um homem um voto;
- devolução do excedente ou retorno sobre as compras;
- juros limitado ao capital;
- neutralidade política, religiosa e racial;
- vendas a dinheiro e a vista;
- fomento ao ensino em todos os graus.

Ao esclarecer os princípios básicos LINBERGER, diz:

" A cooperativa supõe necessariamente a liberdade de trabalhar em comunidade; trabalho livre e grupal. Igualmente se opõe à competição e concorrência... Concebe-se a cooperativa, então, como associação e empresa, com base na cooperação, associação porque constitui a reunião de pessoas, que trabalham livremente e com o mesmo objetivo. Empresa porque representa a conjugação dos fatores de produção: trabalho, capital, administração, tecnologia e natureza.... Destacam-se duas dimensões caracterizadoras da cooperativa: econômica e social. Se faltar uma já não é cooperativa". LINBERGER apud MALA (1985:23)

Desde seus pioneiros, o cooperativismo é criado como uma alternativa econômica a situações históricas específicas e é reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possíveis transformações sociais.

Segundo KARNOPP(1995) os ideólogos do movimento associativista, baseados nos primeiros objetivos, entenderam que as idéias associativistas transformaram-se em uma abstração, uma utopia que permaneceu no campo do comportamento ideal, desvinculado da realidade sócio-econômica. Entretanto, as dificuldades inerentes a criação das comunidades levaram seus pensadores a elaborarem projetos alternativos em relação as instituições capitalistas. Estes projetos assumiram a forma de cooperativas e criaram o **cooperativismo** entendido como uma etapa intermediária na direção de um projeto de transformação total das relações de produção.

PINHO (1992) explica esta transformação afirmando que o homem cooperativo deixa do isolamento e do egoísmo para viver na comunidade cooperativa e nela encontra a verdadeira liberdade tornando-se associado-empresário-usuário. Porém, os fatos mostram que a pluriatividade de papéis atribuído ao cooperado, contém problemas resultantes da própria evolução da organização cooperativada ao deixar de ser simples associação de caráter mutualista para se tornar uma moderna sociedade ou complexa organização ou mesmo hipercooperativa transnacional.

3. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Anterior a 1888 inexistiam condições para a implantação do cooperativismo no Brasil. Além da maior parte da mão-de-obra ser escrava, os poucos trabalhadores europeus não tinham meios para se organizarem em associações mutualistas e reivindicadoras.

A sociedade patriarcal da época não abria espaços aos trabalhadores rurais livres e estes não dispunham de qualquer amparo previdenciário ou trabalhista.

A partir de 1891, alguns fatores contribuíram para o aparecimento das primeiras cooperativas brasileiras; PINHO (1982), destaca: a Constituição Republicana de 1891 assegurava a liberdade de associação e sob esta égide o Estado passou a legislar sobre o associativismo rural e sobre os graves problemas que caracterizavam a crise estrutural do fim do Império. No início do período Republicano o Estado, apoiado na

necessidade de legislar sobre a matéria, recomendou o cooperativismo por entender as vantagens do agrupamento dos produtores para a aquisição de implementos, sementes e para a venda da produção.

Os resultados práticos foram pouco significativo e muito criticados porque a atividade legislativa Estatal começou pelo setor rural e até foi entendida como tendenciosa. O Brasil estaria desejando dar uma resposta diplomática aos países europeus preocupados com o futuro de seus emigrantes.

Apesar do caráter rural da legislação associativista no início da República foi no setor urbano que surgiram as primeiras cooperativas. As idéias cooperativistas no Brasil e os princípios Rochdaleanos só obtiveram sucesso no início do século XX, refletindo as tendências que marcaram a evolução do pensamento cooperativista europeu.

O primeiro e o mais importante ponto a salientar no exame dos processos de formação e desenvolvimento do cooperativismo foi a dupla visão resultante dos fatores: interação das políticas estatais e os anseios dos produtores; mas sem o auxílio estatal o cooperativismo não prosperaria.

Segundo TAMBARA (1983), no Brasil o movimento cooperativista se caracterizou no início por uma certa fragilidade administrativa gerencial ocasionando resistência entre os agricultores, pois eram freqüentes as falências dessas associações.

O Rio Grande do Sul foi o berço do cooperativismo brasileiro no início do século devido a iniciativa dos imigrantes. O padre Amstad dedicou-se a fundação de cooperativas de crédito denominadas de Caixas Rurais "Sistema Raiffeisen". As Caixas Rurais caracterizavam-se por um espírito comunitário. Seus objetivos restringiam-se à atender pequenas dificuldades dos sócios. Desde o movimento (1902) em Nova Petrópolis sua ampliação foi constante.

Em 1925 foi fundada a Central das Caixas Rurais da União Popular do estado do Rio Grande do Sul que agregava as caixas do tipo Raiffeisen, que segundo TAMBARA (1983), as caixas Raiffeisen congregavam apenas os colonos católicos.

A Central permitiu a expansão do modelo em diferentes regiões do Estado, as quais eram visitadas por inspetores que fiscalizavam periodicamente suas filiadas.

A maior finalidade destas caixas, era conceder empréstimos de curto e médio prazo para a aquisição de terras, engenhos, atafonas, máquinas, gado etc. Ocasionalmente algumas caixas efetuaram planos de colonização, construção de estradas, pontes e escolas.

As caixas limitavam-se a atuar em áreas comunitárias, de forma simples e sem burocracia. Este sistema favoreceu o desenvolvimento de muitas comunidades melhorando as condições de vida e favorecendo a elevação da renda.

No aspecto jurídico, as caixas estruturaram-se sob os ditames do decreto Nº 17.339 de 2 de julho de 1926, que explicita os princípios que regem o sistema das caixas rurais tipo Raiffeisen, como pode ser destacado:

- os sócios não precisavam fazer depósitos em dinheiro pelo fato de sua admissão;
- os empréstimos eram concedidos aos sócios, dignos de crédito e destinados as explorações agropecuária.;
- formas de empréstimos a curto e a longo prazo e pagamento parcelado, com os juros correspondentes;
- gratuidade dos Conselhos de atuação e sindicância;
- atribuição dada a Assembléia Geral para fixar o máximo de cada empréstimo e o máximo do total de empréstimos;
- proibição de se envolver direta ou indiretamente, em operações de caráter aleatório, de especular sobre a venda de títulos, de negociar em câmbio e de adquirir imóveis, exceto à construção ou compras de um prédio para a sede da sociedade;
- cada sócio tem um voto;
- indivisibilidade de lucros entre os sócios e do fundo de reserva, mesmo em caso de dissolução da sociedade.

Enquanto o padre Amstad desenvolvia seu trabalho, nas zonas de imigração alemã, outro pioneiro o Dr. Stefano De Paternó chegado ao Rio Grande do

Sul e estabelecido em Caxias do Sul, passou a auxiliar na fundação de cooperativas em todo a região.

Segundo TAMBARA (1983), estas organizações tinham como objetivo principal evitar a fraude que desmoralizava o vinho nacional que possuía excelente qualidade nas zonas de produção, mas era adulterado nas cidades.

A atuação De Paternó não se limitou a região vinícola, ele organizou fábricas cooperativas de banha e beneficiamento da carne suína, fábricas de queijo e manteiga que chegaram a exportar seus produtos para a Europa.

De Paternó atuou também em outros campos como na União das Serralherias que eram exportadoras cooperativamente.

Pesavento apud DUARTE (1987:44), diz que estas cooperativas, já se constituíam em um movimento de reação dos colonos ao controle dos intermediários, principais agentes de acumulação e representantes do capital mercantil contra as fraudes de comercialização e conseqüente desvalorização dos produtos coloniais nos centros urbanos.

O autor ainda coloca que os pequenos produtores visavam principalmente a comercialização de sua produção, eliminando a figura do intermediário e sua apropriação do excedente das colônias agrícolas.

O movimento cooperativo no Brasil no final do século XIX e início do XX, caracterizou-se por ter sua gênese ligada a experiência e ideologia cooperativista, transplantada da Europa pelos imigrantes, utilizando-se de técnicos difusores como De Paternó, proveniente da Itália e contratado pelo Ministério da Agricultura e Comércio e o Pe. Amstad técnico europeu, proveniente da região católica da Alemanha.

Segundo DUARTE (1983), a participação do Estado, na criação de organizações associativas, entre elas as cooperativas de produção, no início do século e sua tutela na década de 1930 viabilizou a organização racional da produção, requerida para a inserção da economia regional como áreas produtoras de alimentos, nos padrões de acumulação do centro do país.

O movimento cooperativista dessa primeira fase fracassou em função do contexto capitalista específico da época.

"As principais causas desse *deblacle* foram a inexperiência administrativa, a ingenuidade política, a subordinação do setor agrícola a interesses exógenos, as dificuldades econômicas porque passava a Nação e a desonestidade de alguns dirigentes, aliados a campanha de descrédito e difamação levada a efeito pelos que tiveram seus interesses prejudicados". TAMBARA (1983:55)

A partir da década de 30, surgiu um cooperativismo assentado em bases mais sólidas, em conseqüência do desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil, bem como da subordinação do pequeno produtor aos interesses dos intermediários.

As cooperativas segundo DUARTE (1987), foram vistas como um mecanismo de organização em moldes associativistas que atenderiam aos interesses do Estado e dos produtores.

Com as alterações efetivadas na economia nacional, no final da década de 1950, o setor rural e o cooperativismo agrícola sofreram profundas transformações, segundo PINHO (1982).

O cooperativismo agrícola diante dos crescentes desafios impostos pela necessidade de produzir para o consumo interno e exportar, assumiu a economia de escala contando para isto com a modernização.

"O processo de modernização da agricultura rompeu com a relativa lentidão, o sossego e a vida pacata do mundo rural, introduziu o homem rural num ritmo muito mais dinâmico." BRUM (1987:110)

Brum, também, coloca que o dinamismo da agricultura moderna de características empresariais exigiu instrumentos mais ágeis e eficazes para o avanço dos negócios, como a agilidade nos negócios e a rapidez nas decisões.

As cooperativas trítcolas eram organizações relativamente simples em suas estruturas. Elas se determinavam por uma pequena escala de atividades considerando-se seus múltiplos objetivos. Ao contrário, a organização da cooperativa

seria muito complexa, a estreiteza dos mercados permitia-lhes acumularem varias funções e atividades numa mesma seção, sob a orientação ou responsabilidade de uns poucos funcionários assalariados e subordinados a um corpo diretivo. Os cargos diretivos eram exercidos por diretores eleitos pelos produtores associados, que compunham o Conselho de Administração. A única abertura prevista nos regimentos, em termos de participação de elementos estranhos ao quadro social na direção da cooperativa, era em relação a contratação de um gerente, subordinado as determinações emanadas do Conselho de Administração.

Por princípio a direção da cooperativa, era exercida por elementos do quadro social, isto é, pelos produtores associados. A contratação de mão-de-obra era feita com objetivos a ocupar cargos burocráticos pouco elevados na hierarquia da empresa e sem nenhuma possibilidade de mando, foi impressionante a expansão do sistema cooperativo, em 1957, elas eram vinte (20) as cooperativas tritícolas e no ano seguinte foi criada a Federação das Cooperativas Tritícolas Ltda (FECOTRIGO), com o objetivo de articular a ação política do setor.

"Observa-se que a sua participação vai desde a comercialização do produto até a produção de insumos, industrialização e comercialização da matéria-prima, colonização, farmácia, supermercado, etc. TAMBARA (1983 :57)

Com a introdução de um novo patamar tecnológico no setor rural e a preocupação de desenvolver uma agricultura voltada ao mercado interno, poupadora de divisas e capaz, segundo DUARTE (1985), de consumir uma gama de produtos industrializados, o Estado viu o cooperativismo como o instrumento que melhor viabilizaria a execução das políticas econômicas voltadas para a aglutinação do setor rural com o industrial.

CERELLO (1985), teceu comentários críticos sobre aqueles setores que esperavam muito do cooperativismo e, em especial, dos setores alheios ao movimento cooperativista. Considerou que estes setores superestimaram as possibilidades reais do

cooperativismo no processo de desenvolvimento, ao acreditar ser ele uma verdadeira panácea capaz de curar, milagrosamente, o atrazo econômico e suas seqüelas.

Os pequenos produtores associaram-se as cooperativas tritícolas mais por necessidade do que por convicção, salientando em um primeiro momento o papel de intermediário entre os produtores e os moinhos e entre os produtores e o Banco do Brasil, a partir de 1962.

"Os pequenos produtores foram levados a procurar a cooperativa quando surgiu a necessidade de trabalhar com o trigo e, posteriormente, com o soja, em função do crédito e subsídio aberto para estes produtores e do mercado promissor para os mesmos". (DUARTE:1990:34)

Nesta situação de dependência da pequena produção, destacam-se dois fatores que mantém e reforçam sua ligação com as cooperativas:

- os serviços prestados pelas cooperativas, especialmente, de assistência técnica, repasse de crédito e a garantia de comercialização da produção e;
- a desvirtualização da característica doutrinária do cooperativismo, pelo qual os associados são ao mesmo tempo, "donos-usuários" da empresa. Os estudos recentes apontam para a prática do cooperativismo empresarial que vê o cooperativado (principalmente os pequenos produtores) exercendo a função de usuário, eliminando o seu papel de dono. BENETTI, et alli (1982).

As cooperativas Tritícolas registraram um notável crescimento entre 1957 e 1980, segundo a FEE (1985), podendo ser constatado pelos exames de alguns indicadores como o crescimento das receitas, a formação bruta de capital e a constituição de fundos internos de financiamento para suas atividades. Considerando como critério o volume total de vendas, a Cooperativa Tritícola Serrana (COTRIJUÍ), a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (FECOTRICO) e a Cooperativa Tritícola de Santo Angelo (COTRISA) ocuparam em 1979, respectivamente, o 69º, 223º e 237º lugares entre as maiores empresas brasileiras.

O perfil organizacional da Federação das Cooperativas não era muito diferente das cooperativas singulares. O Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia das federadas, era quem dirigia as cooperativas que tinham suas atividades organizadas em seções, conforme as funções e objetivos sociais.

A evolução dos negócios determinou o desdobramento de antigas seções, onde coexistiam atividades diversas, em seções especializadas. E antigas seções deram lugar aos departamentos que passaram a ser formados pela reunião de seções. O crescimento da área de atuação determinou, por sua vez, a necessidade da criação de departamentos regionais.

A multiplicação de departamentos, em função do crescimento das cooperativas e dos objetivos induziu a expansão de um grupo de executivos médios assalariados e responsáveis pelo dia-dia de seus departamentos, submetidos a uma hierarquia que dificilmente lhes dariam condições de decisão em nível mais elevado.

No decurso da década de 1970, as cooperativas evoluíram de uma estrutura de empresa do tipo comercial para se transformarem no que convencionalmente se chama de multicooperativas.

Segundo TAMBARA (1983), nesse sentido eram várias cooperativas agrícolas que possuíam projetos de colonização no norte do país, transferindo os excedentes populacionais de suas regiões sedes para regiões pioneiras. A CENTRASUL produzia insumos e industrializava produtos entre outras atividades diversificadas. A FECOTRIGO, produzia inseticidas como, Tricolorfon e DDVP, produtos veterinários, como Triclorvet e o Amitraz (carrapaticida).

Outro exemplo da expansão de cooperativa agrícola é a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda) que centraliza a atuação de trinta (30) cooperativas, com o objetivo principal de propiciar melhor remuneração ao produtor de leite. Esse ritmo espantoso de crescimento desacelerou no final dos anos 70 e as cooperativas passaram a apresentar menor ritmo de crescimento. O desempenho das empresas, embora menor do que no passado, não revelava a gravidade da situação financeira a que estavam mergulhadas, bem como do conjunto do setor rural. Esta crise

só veio a se manifestar-se no final do ano de 1982. Segundo DUARTE (1987), os indicadores analisados não evidenciavam a outra face do processo da expansão empresarial via endividamento.

Segundo a FEE (1985), ao se referir ao trabalho de BENETTI (1982) o qual comenta a situação financeira do setor cooperativista e o papel dos recursos de terceiros na formação dos fundos de inversão e o alto nível de endividamento nessas empresas, os anos subseqüentes 1983 e 1984, mostram um quadro financeiro econômico grave, onde as cooperativas operavam com déficit, os quais se revelavam mais significativos quanto maior fosse a empresa cooperativa.

Era impossível se iludir sobre a gravíssima crise financeira do cooperativismo, o problema consistia no excessivo endividamento e nas extraordinárias despesas financeiras decorrentes do mesmo.

Vários fatores foram responsáveis por essa situação: em primeiro lugar, os elevados níveis de endividamento nas cooperativas podem ser explicados pela ausência de capitalização anterior ao período de crescimento da soja e do trigo; em segundo lugar, o processo cooperativo logo encontraria o seu limite nas características do associado típico da cooperativa, que era o pequeno produtor familiar, com tamanho médio de propriedade em torno de 50 hectares; em terceiro lugar a comercialização de grãos em larga escala nos mercados regionais, nacionais e internacionais, obrigando as cooperativas a realizarem novas funções, que deveriam ser do Estado. Aquilo que poderia reverter em capital social, segundo BENETTI (1990), e atender ao aumento da rentabilidade das atividades agrícolas se transformou em capital fixo cooperativo.

A solução para o empasse segundo a FEE (1985), era a liquidação das empresas utilizando o mecanismo de redução de seus passivos a patamares compatíveis com o nível de receitas e custos através da venda de parte dos ativos ou da entrega dos mesmos aos credores.

BRUM (1987), coloca que na época da expansão das cooperativas não se fez capitalização suficiente, dos associados, afim de construir a própria autonomia financeira. Hoje, o endividamento é um grave problema na maioria das cooperativas,

com algumas exceções, como é o caso das pequenas cooperativas que não se distanciaram dos princípios básicos do cooperativismo Rochdaleano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a falta de capital de giro e custos financeiros elevados, agravado por grandes frustrações de safras e em um quadro nacional e internacional desfavorável, as cooperativas se recentem de capital apesar de possuírem grande patrimônio. Elas passaram a operar com custos financeiros elevados e não conseguiram atingir os patamares exigidos pelas operações financeiras, a situação se agravou devido a nova ordem do comércio internacional que busca preços baixos e boa qualidade do produto.

A situação de dominação e a crise nas cooperativas apresentaram-se como um desafio e uma oportunidade para que o sistema cooperativista brasileiro fosse repensado. As cooperativas reproduziram a dependência do país em relação ao sistema econômico e financeiro internacional.

No momento as cooperativas tentam encontrar alternativas para transpor suas crises, aquelas que ainda não fecharam suas portas asumiram a posição de intermediárias entre o produtor e o mercado, servindo apenas como um grande armazém contudo as dívidas deverão ser pagas e se encontram em fase de negociação. Um exemplo típico é a Cooperativa de Jaguari que convoca os sócios ativos para discutirem as questões comuns aos associados.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVES, E.; VERA F. Os Desafios da Agricultura Brasileira nos anos 90, da crise magroeconômica ao crescimento auto-sustentado. Brasília, Editora IICA do Brasil, 1992.

BENETTI, M. D. Origem e Formação do Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, FEE, 1982.

BOETTCHER, E. Vantagens da Teoria de Münster para os Países em Via de Desenvolvimento. in : PINHO, E., B. (org.) et al. O pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro, CNPq, Manual do Cooperativismo, São Paulo, 1982. p.101-111.

BRUM, A. J. Modernização da Agricultura: Trigo e Soja. Editora Fideni - Ijuí, 1987.

CAMPOS, I. A Pequena Produção Familiar e Capitalismo: Um Debate Aberto. Editora PAPER do NAEA, Belém, 1994.

CARELLO, L. A. Uma Resposta Necessária. Texto auxiliar na obra O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro de Diva Benevides Pinho, CNPq, São Paulo, 1992.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade: uma Resposta a Crise da Exploração Familiar. XVII ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA - Rumos a Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século. UFRGS, Porto Alegre, 1994. p.1-25.

CORADINE, L. O.; FREDERICQ, A. Agricultura Cooperativas e Multinacionais. Editora ZAHAR, 1985, (Coleção Agricultura e Sociedade).

COSTA, F. F. A República Cooperativa um Sonho entre duas Depressões. CNPq, São Paulo, 1992. p.111-119.

DUARTE, L. M. G. Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Editora LePM/ANDES, Porto Alegre, 1987.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Origem e formação do Cooperativismo Empresarial do RS, 1957\84. Porto Alegre, 1985.

_____. Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial do RS: Um Análise do Desenvolvimento da COTRJUÍ, COTRISA E FECOTRIGO-1957/1980, Porto Alegre, 1985.

GIACOMELLI, M. R. Atualização Geográfica e Demográfica da Área do Centro Oeste do Rio Grande do Sul. UFSM, Santa Maria, 1994. (Trabalho não Publicado).

_____. Levantamento da Situação das Propriedades Rurais do Distrito de Itaara /RS UFSM, Santa Maria, 1995, (Trabalho não Publicado).

KARNOPP, E. A Pequena Produção Familiar Rural: Reserva para o Capitalismo em Expansão. Santa Maria, UFSM, Centro de Ciências Rurais, 1995. 250p. il. Dissertação (Extensão Rural) CCR/UFSM.

MAIA, I. Cooperativas e Práticas Demográficas. São Paulo, Editora Cortez, 1982.

LAUSCHNER, R. **Perspectiva Econômica - Cooperativismo 33 e 34.** São Leopoldo, Editora UFRGS, 1993.

LOPES, M. R., Oportunidades Perdidas Acordo Difícil. In: **Revista Conjuntura Econômica.** Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia, São Paulo. Editora CEA, jun, 1995. 64-66p.

MELO, H. **O Crescimento Agrícola Brasileiro dos anos 80 e as Perspectivas para os anos 90.** São Paulo, Editora FIPE, 1992.

MIORIN, V. M. F. **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: Uma abordagem teórico - Metodológico -** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1988.278p. Tese (Doutorado Organização do Espaço) IGCE UNESP.

PINHO, D. B. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo.** São Paulo CNPq, 1992.

RECH, D. T. **Como Construir uma Sociedade Civil sem Fins Lucrativos.** Porto Alegre, Editora FASE, N. 6, 1990. (Coleção Socializando)

ROSA, M. R. S. (org.) et al. **A Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas.** Curitiba, Editora da UFPR, 1991.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Condomínio Rural.** Porto Alegre, Gabinete do Secretário, 1991.

STÉDILE, J. P. **A Questão agrária Hoje.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 1994.

RESUMO: COOPERATIVISMO

O ideal cooperativo no Brasil e os princípios Rochdaleanos só obtiveram sucesso no início do século XX, refletindo as tendências que marcaram a evolução do pensamento cooperativo europeu.

O movimento cooperativo no Brasil possuía uma fragilidade administrativa gerencial em sua fase inicial e os agricultores não acreditavam na sociedades cooperativas devido ao seu insucesso.

O Rio Grande do Sul foi o berço do cooperativismo brasileiro devido a ação dos imigrantes que transpuseram a idéia da Europa. A partir da década de 1930, conheceu suas bases mais reais.

O cooperativismo somente nos anos 30 conheceram a propriedade e as cooperativas COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO, ocuparam em 1970 lugar de destaque entre as maiores empresas brasileiras. Entretanto este ritmo de crescimento

passou a cair no início da década de 80. Os indicadores econômicos demonstravam a fase oculta do processo: a política de crescer via endividamento.

Hoje grande parte das cooperativas operam com déficit, cujas causas estão no excessivo endividamento e nas extraordinárias despesas, a despeito do grande patrimônio.

Palavras-Chave: Cooperativismo; Sistema Cooperativo; Cooperativa de Produção Agrícola; Financiamento de Capital.

RESUMÉ: COOPÉRATION

Le idéal coopérative dans le Brésil et les principes de Rochdalean seulement sont obtenu succès dans les premières années du XX siècle. Il a réfléchir les propensions qu'il y a marqué la évolution du pense de l'Europe.

Le marche d'il coopératif brésilien n'avait pas une bonne administration dans le palse initial et les agriculteurs n'ont cru pas dans les sociétés coopératives parce-que elles fréquemment n'ont été succès.

Le Rio Grande do Sul fut le berceau de le coopératif brésilien parce-que les immigrantes avon transposer le idéal de l'Europe.

Le coopératif seulement dans les années 30 y a connu la prospérité et les coopératives COTRIJUI, COTRISA et FECOTRIGO a obtenu succès jusqu'à l'année de 1970, elles ont occupé le première lieu dans les entreprise brésiennes. Cependant le développement e ses rythmé a renversé jusqu'à les années 80. Les indications d'économie faire apparaître la palse occulte de le process: La politique de croissance a été possible parce-que le développement a pris de s'endette.

Aujourd'hui le plus grande partie des coopératives, opèrent avec *déficit*, à qui les raison sont l'excessif endetter et les considérables dépenses en dépit de malgré de grand patrimoine.

Monts-Clefs: Coopération; Système Cooperatif; Coopérative du Production Agricole; Financement de le Capital.